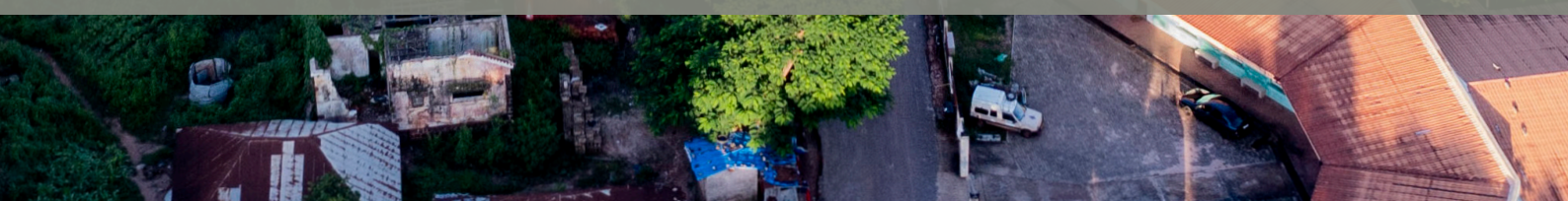
República da Guiné-Bissau

SÃO DOMINGOS

QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA

2023 - 2033



República da Guiné-Bissau

São Domingos
2023-2033
Quadro de Acção para Resiliência da Cidade

DiMSUR
Disaster Risk Management, Sustainability and Urban Resilience

Agradecimentos especiais aos pontos focais Nelson Sighedja Sanha, Ermano Ebidjire, Edinilson Cabi, Reimundo Djedjo, Agostinho Braima Jaura (Quecuto), Florentina da Silva pela contribuição durante todo o processo da elaboração do Quadro de Acção para Resiliência (QuARC) e pelos esforços e determinação na construcção de uma São Domingos mais resiliente

PNUD

UN HABITAT

ÍNDICE

PREFÁCIO V
INTRODUÇÃO E OBJECTIVO 8
Objectivo do QuARC 10
CONTEXTO 11
Localização Geográfica do Sector 12
Aspectos Socioculturais e Políticos 13
Aspectos Físicos, Econômicos e Ambientais 14
PERFIL DE RISCO DA CIDADE 19
CITYRAP EM SÃO DOMINGOS 24
QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA 30
IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO 38
CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS 40

PREFÁCIO
MINISTRO DO AMBIENTE

A Guiné-Bissau classificada no grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e, integra a lista dos Países Menos Avançados (PMAs), altamente vulnerável aos efeitos das alterações climáticas. Essa vulnerabilidade é agravada ainda, pela limitada capacidade técnica, tecnológica, financeira, e humana na perspectiva de conceber e implementar medidas de reforço de resiliência e a capacidade de adaptação desses impactos. Isso explica a exposição e vulnerabilidades também das cidades costeiras da Guiné-Bissau.

A zona corteira ocupa mais de 60% do território nacional, e alberga mais de 70% da população guineense. É uma zona extremamente importante para economia do país e particularmente na conservação da nossa rica biodiversidade. Pois nela, abriga um aglomerado de ecossistemas faunísticos e florísticos que integram a lista de espécies raras e/ou ameaçadas, bem como a elevada concentração de atividades socioeconómicas (comerciais, pesqueiras, turísticas, industriais, entre outras) com potencial de transformação para um desenvolvimento económico resiliente e sustentável. Assim, este nosso Governo atribuí uma importância extrema à zona costeira, onde as Cidades como Bubaque, Mansoa, Cacine, Bubaque, entre outras fazem parte. Consciente de que estamos a viver em tempos de crises climáticos, energéticos e de segurança alimentar) sem descurar da pandemia do COVID-19 que ainda continua a ceifar vidas, é minha convicção de que precisamos reforçar o mutilateralismo, a construção de largos e sólidos consensos sobre os desafios globais e assim, atenuar os seus impactos na vida das populações e comunidades locais. Para isso, é importante ter instrumentos de política elaborados em observância aos critérios como: participação, género, inclusão social, etc.

Quero aqui assegurar de que na minha qualidade do Ministro do Ambiente e Biodiversidade, não pouparei esforços no sentido de advogar e sensibilizar a comunidade nacional e internacional sobre a necessidade de proteger a zona costeira, particularmente as Cidades que estão a registar um elevado aumento da densidade populacional. Igualmente, apelo a solidariedade dos parceiros técnicos e financeiros para em conjunto contribuímos na execução de medidas endógenas contidas neste Plano.

Uma palavra de apreço à colaboração com a UN-Habitat, e o meu agradecimento pelo trabalho desenvolvido. Estou consciente da necessidade de levar avante este exercício para outras cidades do País, e espero contar com a vossa assistência. Estendo ainda os meus agradecimentos ao PNUD no esforço de empoderamento das nossas comunidades em prol da sua resiliência.

Viriato Luís Soares Cassamá
Ministro do Ambiente e Biodiversidade

PREFÁCIO
ADMINISTRADOR

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Governo Central e Regional pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho, a todos os parceiros técnicos que de forma direta e indiretamente contribuíram e em especial, aos Pontos Focais, que com muito empenho e dedicação construíram os pilares deste plano de ação.

São Domingos é um sector muito importante por causa da sua posição geográfica. A localização do Sector de São Domingos na fronteira da Guiné-Bissau com a vizinha Senegal e próxima da República da Gambia.

Devido à ausência de eleições autárquicas na Guiné-Bissau, o Sector de São Domingos a exemplo dos demais sectores administrativos do país não dispõe de um governo local com autonomia política e financeira para manutenção da governação local.

É neste contexto que a ferramenta CityRAP vai permitir que os atores locais tenham a capacidade junto com os habitantes a fazer face aos sérios riscos ligados a choques e estresses de origem diversas, derivadas de causas naturais e ações humanas. A vulnerabilidade do setor está ligada principalmente a subida de nível da água do mar, erosão costeira, devastação de florestas e fraca capacidade técnica, financeira e material do governo local.

Daí a importância da planificação com ferramentas adaptadas a realidade local como o CityRAP, que possam efetivamente promover mudanças de paradigma rumo ao sonhado desenvolvimento

Cientes das tarefas que vamos encontrar não serão fáceis, mas tudo vale a pena se a alma não é pequena.

A Todos o nosso muito obrigado!

Carlos Sadjo
Administrador do Sector de São Domingos

PREFÁCIO
UN-HABITAT

A Guiné-Bissau está em um ritmo acelerado de urbanização, um processo que, quando adequadamente planeado, apresenta uma oportunidade de impulsionar um crescimento socioeconómico. Porém, a expansão urbana acontece de forma desordenada com consequências no aumento de áreas informais e crescente exposição aos riscos sociais, climáticos e acesso limitado aos serviços básicos essenciais. Por um lado, assiste-se a um conjunto de más práticas antrópicas, nomeadamente, desflorestação para fins habitacionais, construções em zonas humidas, gestão inadequada dos resíduos sólidos, etc. Do ponto de vista natural, as cidades confrontam-se com problemas de chuvas fortes e irregulares, ventos fortes, inundações, erosão costeira, entre outros.

Por essas e outras razões, construir resiliência urbana também deve merecer uma prioridade estratégica do Governo. É igualmente importante adopção de instrumentos de política adequados à escala local, onde os parceiros técnicos e financeiros, sob a liderança política forte e inclusiva do Administrador poderão convergir em prol de apoiar a transformação e mitigação dos impactos adversos das alterações climáticas. Foi sob esse olhar que foi implementada a ferramenta CityRAP nas Cidades de: Bubaque, Mansoa, Cacine e Bubaque, com propósito de ajudar as autoridades Administrativas Locais a introduzir gestão de riscos de desastres nas estratégias e políticas locais, tendentes à construção da resiliência urbana.

Assim, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), enquanto parceiro de assistência técnica, está comprometido em continuar a colaborar com os Governos (Central, Regional e Local) nos domínios de elaboração de instrumentos de política a diferentes escalas, capazes de colaborar na adaptação, mitigação e transformação socioeconómica resiliente, através dos princípios de building back better, e não deixar nenhum lugar e ninguém para trás. Isso é uma aposta séria e o caminho adequado para permitir as autoridades competentes e parceiros a aproveitar de forma estratégica as oportunidades oferecidas pela urbanização sustentável.Aproveito para agradecer ao Governo da Guiné-Bissau pela confiança política e reconhecimento do nosso valor acrescentado. Reitero a nossa total disponibilidade de continuar a trabalhar dedicadamente no empoderamento dos Governos Locais, através de ações de reforço de capacidades e assistência técnica. Agradecer igualmente ao PNUD pela parceria estratégica. O nosso MUITO OBRIGADO é extensivo aos sucessivos Administradores dessas Cidades e de forma especial aos Pontos Focais Locais que com muita dedicação lideraram o processo.

.

A Todos o nosso muito obrigado!

Mathias Spaliviero

Oficial Sênior do UN-Habitat no Escritório Regional para África
e Responsável pelo Escritório Guiné-Bissau

Introdução e Objectivo

INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau é um país costeiro que integra a lista dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Trata-se de um país altamente vulnerável aos efeitos nefastos das alterações climáticas, particularmente à erosão costeira ligada ao aumento do nível médio das águas do mar, inundações, erosão fluvial, ventos fortes, elevação da temperatura etc. Ainda, as autoridades administrativas de São Domingos deparam com fraca capacidade técnica, material e financeira para lidar com esses fenômenos que ameaçam a resiliência desta cidade situada ao norte do País.

Preocupado em reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras do país, o Governo da Guiné-Bissau recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Global para o Meio Ambiente, através do "Projeto Reforço da Capacidade Adaptativa e Resiliência Climática das Comunidades Costeiras Vulneráveis da Guiné-Bissau aos Riscos Climáticos (COASTAL)". Por sua vez, contou com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) para implementar a ferramenta CityRAP (Ferramenta de Planificação de Acções para Resiliência da Cidade), destinada a planificação de acções de resiliência nas cidades costeiras que integram suas zonas de intervenção, a saber: São Domingos, Mansoa, Cacine e Bubaque. O propósito maior é de conduzir um processo de planificação genuinamente de base local, capacitando e sensibilizando as comunidades locais sobre gestão de riscos de desastres e de catástrofes naturais que condicionam a sua resiliência e adaptação às alterações climáticas.

Assim, o processo de planificação na Cidade de São Domingos, Secções de Suzana e Varela ocorreu entre os meses de Março e Setembro de 2022, liderado pelos técnicos locais designados de Pontos Focais Locais (PFL) e treinados na base da metodologia ***aprender-fazendo***. O CityRAP foi implementado com base numa abordagem participativa, inclusiva (sem deixar ninguém de fora). O resultado é o Quadro de Acção de Resiliência de São Domingos que contém 06 grandes desafios ou acções prioritárias. Cada uma delas tem actividades pilotos, a ser implementados a curto (0-2 anos), médio (3-5 anos) e longo prazo (06 a 10 anos), acompanhado da componente espacial indicando onde as actividades piloto devem ser implementadas. Portanto, seguem as acções prioritárias de São Domingos:

Quadro de Acção para resiliência da cidade de São Domingos 2023 -2033

Cada uma delas, dispõe de uma série de actividades priorizadas capazes de facilitar sua implementação. Portanto, é um documento de política destinado a construir uma base de orientação e de articulação do governo local com os parceiros de desenvolvimento que intervém no sector para apoiar a construção da resiliência das comunidades costeiras do Sector.

O QuARC de São Domingos tem horizonte temporal de 10 anos, (2023 a 2033) e será acompanhado por um rigoroso processo de monitoria e avaliação. O plano deve ser actualizado de 02 em 02 anos e a sua avaliação poderá ser de forma interna ou externa. O Administrador deve desempenhar o papel de principal líder do processo, e assegurar um contínuo processo de coordenação com todas as partes interessadas.

A Equipa de Pontos Focais Local deve continuar a prestar esse relevante serviço a cidade também na implementação de projectos pilotos seleccionados. A implementação do QuARC será da responsabilidade primária da Administração Local do Sector de São Domingos, com o apoio de todas as organizações parceiras de desenvolvimento local. O Gabinete Regional de Plano e Estatística é a estrutura encarregada de operacionalizar a coordenação de implementação deste plano, com apoio dos Pontos Focais Locais. A Gestão Baseado em Resultado é o critério que irá fundamentar sua implementação, por forma a optimizar os recursos, viabilizar a monitoria e avaliação e impulsionar a cultura de prestação de conta junto às partes interessadas.

OBJECTIVO

Assegurar a integração de riscos de desastres nas estratégias de desenvolvimento como base para uma recuperação socioeconômica robusta, capaz de sustentar um desenvolvimento local inclusivo seguro e resiliente.

Contexto

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE

O Sector de São Domingos é um dos 07 (sete) sectores administrativos da região de Cacheu, a par dos sectores de Bula, Bigene, Cacheu, Canchungo, Caió e Calequisse. Situado no noroeste da região de Cacheu, é limitado a este pelo Sector de Bigene, a oeste pelo oceano Atlântico, a sul, o rio Cacheu separa-o do sector de Cacheu e a Norte faz fronteira com a República do Senegal (região de Casamansa) numa linha de aproximadamente 80 km (dos 338 km da linha fronteiriça que divide o norte da Guiné-Bissau com o Senegal), sem nenhuma barreira natural. A cidade de São Domingos dista a 124,9 Km da Capital Bissau e 17,9 km de Ziguinchor (região de Casamansa na República do Senegal).

Mapa de localização geográfica do Sector de São Domingos. Fonte:UN-Habitat 2022

3 Secções Administrativas — *Suzana, Campada e São Domingos*

20 Comunidades | **102 Tabancas** | **8 Bairros** — *Morcunda, Pilum, Lanque, Tchet-binheim, Correntás, Bairro Ornge, Bairro Novo e Alto Fresco*

29.116 Habitantes — *População Total SECTOR 2009*

33.890 Habitantes* — *População Total SECTOR 2019*

5.102 Habitantes — *População Urbana*

24.014 Habitantes — *População Rural*

14.586 Habitantes — *População Masculina*

14.530 Habitantes — *População Feminina*

10 grupos étnicos predominantes

Felupe,Baiote,Manjaco,Balanta,Cassanga,Banhum,Cobiana,Fula,Mandinga,Balanta Mané

*Taxa de crescimento de 1,53 nos últimos 10 anos

ASPECTOS SOCIO-CULTURAIS E POLÍTICOS

Breve história do Sector de São Domingos

São Domingos é o antigo posto da administração colonial portuguesa e sede do Sector com o mesmo nome. Sempre foi uma cidade muito importante por causa da sua posição geográfica entre Baixa Casamansa (no Senegal) e a Guiné-Bissau, somada a sua fácil ligação marítima a cidade de Cacheu (o antigo grande posto comercial de tráfico transatlântico de negros escravizados).

De acordo com as histórias locais o Sector de São Domingos pertence à etnia Banhun, sendo Djegué (a primeira tabanca do Sector), fundada pelo Masonguti Biai, vulgo Nascéra Bana (o primeiro rei de Birkama de Ziguinchor/Senegal). O primeira pessoa a comandar São Domingos na qualidade do régulo, foi o "Djinambin Biai", irmão de Mosonguti Biai. A razão da ocupação do território deste Sector, se prende muito com a existência de terras férteis para o cultivo de arroz, rios e selvas propícios para a pesca, caça entre outros. Os ocupantes tradicionais de São Domingos (os Banhuns), partilharam suas ricas terras com os Manjacos e Cassamacundas. Possuem afinidades e relações culturais com os Baiotes (ocupantes tradicionais da vizinha Coladje e Elia), sendo a parte de Suzana e Varela ocupada pelos Felupes, cuja cultura é completamente diferente dos Banhuns e actualmente considerada etnia maioritária do Sector de São Domingos.

Rio São Domingos. Fonte: Guiné 61/74 - P18219: Álbum fotográfico de António Acílio Azevedo

Etnia Felupe. Fonte: Luís Graça & Camaradas da Guiné blogforanada

Aspectos físicos, económicos e ambientais

Superfície Total do Sector	1.035,7Km2
Clima	Sudanoguineense. Duas épocas: Chuvosa (junho a outubro) e Seca (novembro a maio)
Temperatura	Variação Média Anual de 24 a 31o C
Relevo	Terra (Plano e Planícies dominam o território)
Pluviometria	1500 mm (média anual)
Vegetação	Mangrove, Essenciais Florestais e Palmeiras
Potencialidade Agrícola	Planalto, mangrove e Bas-Fonds
Tipos de Solo	Solos Hidromórficos Marinhos (Mangrove) Solos Feralíticos Tropicais (Planalto); Solos Hidromórficos Continentais (Bas-Fonds) Solos Regossolos (Silvo pastoril extensiva); Litossolos

Política e administração

Devido à ausência das eleições autárquicas na Guiné-Bissau, o Sector de São Domingos a exemplo dos demais Sectores Administrativos do País, não dispõe de um governo local com a autonomia política e financeira. Porém, para a manutenção da governação local, tanto o Governador Regional de Cacheu, como os Administradores Setoriais, são nomeados a partir do governo central derivado da eleição legislativa e aprovado no Conselho de Ministros.

Assim sendo, o Sector Administrativo de São Domingos é dirigido por um Administrador Setorial, que é o representante máximo de toda a população das comunidades, cidades e Secções internas a sua área de jurisdição. Além do Administrador (figura máxima), o Sector conta também com um Secretário Administrativo e alguns auxiliares de Administração Local, sem vínculos efectivo com o Estado.

Sociedade cultura e religião

A localização do Sector de São Domingos na fronteira da Guiné-Bissau com a vizinha república do Senegal e próxima da república da Gambia (03 horas de carro), converteu o Sector em uma das principais portas de entrada para a Guiné-Bissau, representando igualmente um território de interculturalidade, intercâmbio comercial, entre outros.

Em termos socioculturais e religiosa, a existência do incrível mosaico étnico e a coabitação étnica, religiosa e cultural, contribui de um lado para a promoção da riqueza cultural local, provada na maior manifestação cultural da Guiné-Bissau (carnaval), cujo último desfile nacional foi vencido pelo Sector de São Domingos representando a região de Cacheu. De outro lado, contribui para a diversificação productiva local, uma vez que cada grupo étnico possui seu domínio de acção. Ex: Manjacos (responsáveis pela extracção de vinho e óleo de palma), Balantas e Felupes (producção de arroz), fulas (comércio), entre outros. A coabitação pacífica e harmonia, apesar das diferenças, somada a dinâmica organizacional da sociedade local (associações e cooperativas de jovens, mulheres etc), são as maiores riquezas socioculturais do Sector de São Domingos.

População de Cacheu a beira do rio, 1900. Fonte: Wikiwand Cacheu

POTENCIALIDADES DE SÃO DOMINGOS

O Sector de São Domingos está situado na zona costeira e possui um território potencialmente baixo com 1.035,1 Km2, representando 20% do território da região de Cacheu. Pouco mais de metade do território de São Domingos faz parte do Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu – PNTC. As potencialidades locais do Sector de São Domingos, podem ser classificadas de ponto de vista diversos, entre os quais:

Lumo de São Domingos. Fonte:UN-Habitat 2022

COMERCIAL

A localização na fronteira da Guiné-Bissau com a vizinha república de Senegal e proximidades da república da Gambia, representa uma enorme vantagem comercial para a Cidade. Trata-se de um território vivo em termos comerciais e financeiros, porque atrai comerciantes da sub-região com a diversidade de produtos florestais, agrícolas e pesqueiros que são vendidos no "lumo", realizado todas as quintas-feiras no mercado central da cidade de São Domingos.

O Sector é bastante propício para o desenvolvimento das actividades empresariais, não apenas por causa de sua boa e forte relação comercial com os países vizinhos (derivada da avidez de comerciantes pelos produtos locais), mas também, devido a tradição migratória de sua população. Factos que favorecem o desenvolvimento de serviços financeiros e consequentemente do sector comercial em geral.

AMBIENTAL

Mais de dois terços do território de São Domingos faz parte do Parque Natural das Tarrafes do Rio Cacheu - PNTC, abrangendo todo o sudeste do sector. No fascinante estuário do rio Cacheu se encontra o maior bloco contínuo de tarrafe de toda a África Ocidental, com cerca de 30.000 ha. Dentro dos limites do PNTC. O principal objectivo do PNTC é a conservação dos extensos "tarrafes" (mangais) ao longo do Rio Cacheu, por forma a garantir a manutenção da produtividade dos recursos haliêuticos (principalmente as várias espécies de camarão que conseguem ter em PNTC um espaço vital para a reprodução, crescimento e repouso), colaborando na protecção da costa contra os processos da erosão. Só a pesca do camarão chega a atingir 80% das licenças atribuídas aos países da União Europeia pela Guiné-Bissau, sendo o PNTC o principal responsável por esta fatura. Os tarrafes estão também associados à protecção de uma fauna com espécies raras e flora através da conservação de matas de palmeiras e savanas arbustivas, assim como áreas de desova de tartarugas e praias com grandes potencialidades turísticas.

Vista aerea do rio de São Domingos. Fonte:UN-Habitat 2022

Por de sol na praia de Varela. Fonte:UN-Habitat 2022

TURÍSTICA

A combinação da bela e famosa Praia de Varela numa comunidade rural, com o Parque Natural de Tarrafes do Rio Cacheu – PNTC e infraestruturas hoteleiras localmente existentes, garante aos turistas uma bela e singular oportunidade de combinarem os turismos de praia e sol, náutico, ecológico e o turismo rural de base comunitária.

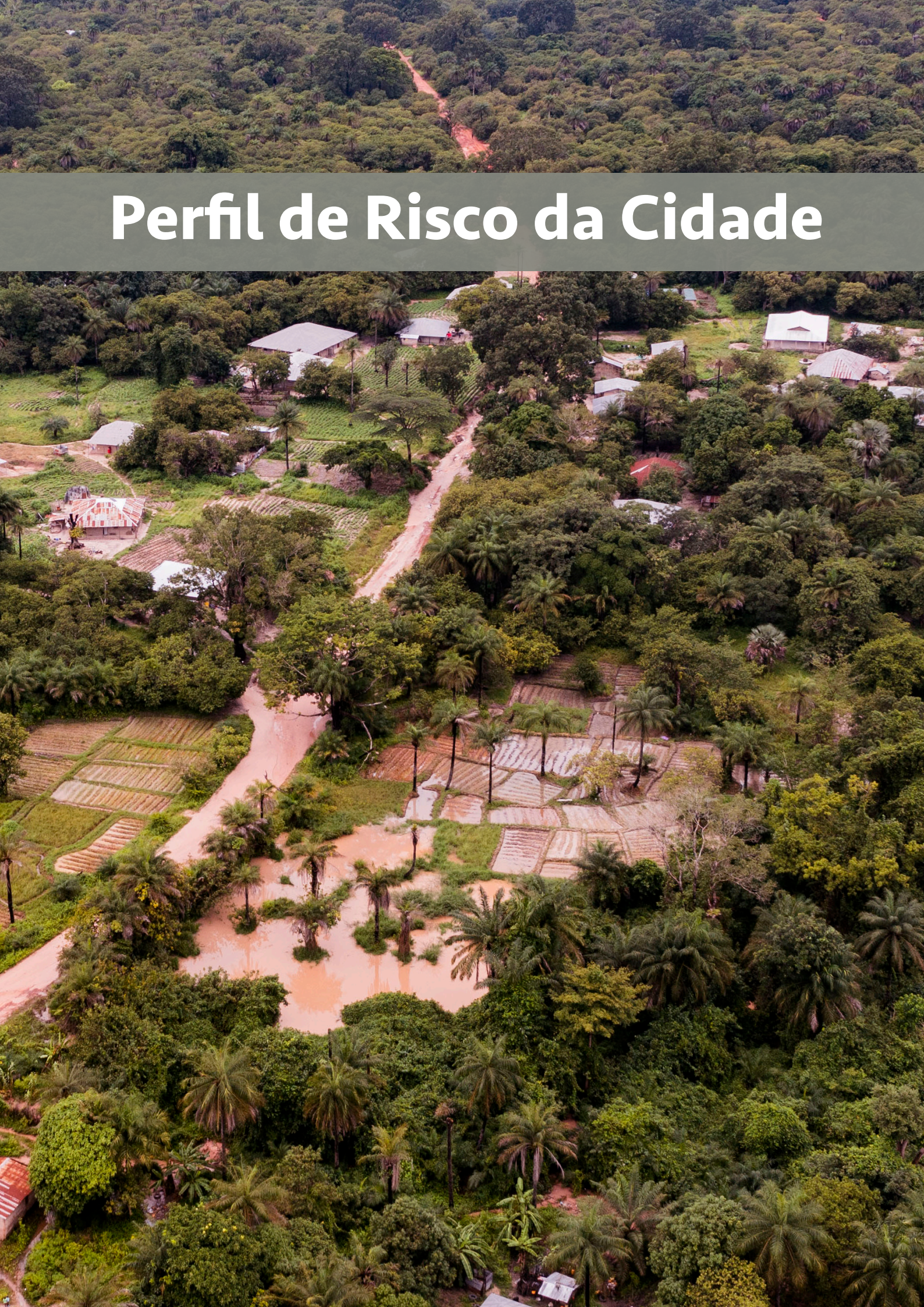
ECONÓMICA

O sector agrícola representa a vocação económica dos habitantes da cidade de São Domingos. O diagnóstico comunitário realizado em 2019 no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, revelou que mais de 90% das associações do Sector actuam no domínio agrícola, sendo os principais produtos produzidos: o arroz (sequeiro, mangal bas-fonds), os cereais secos (amendoim/mancarra, feijão, milho bacil, milho preto), os tubérculos (mandioca, inhame, batata entre outros) e as frutas (caju, manga, laranja, banana etc.). A produção hortícola local é dominada pelas mulheres, sendo uma actividade com grande potencial econômico e que garante bons rendimentos às famílias.

São Domingos também é famoso pela produção apícola de mel, cera, própolis, pólen, geleia real entre outros, garantido pela vasta extensão de flora melífera interna as áreas protegidas do PNTC e que contribui para a manutenção e preservação dos ecossistemas existentes, através dos serviços da polinização, garantidos pela acção das abelhas. Por outro lado, a cidade ainda é conhecida pela exploração florestal de óleo e vinho de palma, vassouras e mais, derivados das palmeiras, assim como frutos silvestres, tais como: fole, cabaceira, farroba, veludo, mandípili entre outros produtos bastante cobiçados pelos comerciantes dos países vizinhos e muito procurados e comercializados nos mercados locais e feiras populares denominados localmente de "lumos" .

As actividades pecuaristas (produção bovino, caprino, ovino, suíno) e a pesca artesanal em escala nacional também formam parte da produção econômica local, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e o potencial econômico da cidade.

Produção de Sal no sector de São Domingos. Fonte ONU-Habitat 2022



Perfil de Risco da Cidade

PERFIL DE RISCO DA CIDADE DE SÃO DOMINGOS

CHOQUES E ESTRESSES[1] São Domingos sofre de uma série de riscos ligados a choques e estresses de origens diversas, derivadas de causas naturais e acções humanas. Os riscos mais impactantes do Sector de São Domingos, estão ligados à sua baixa altitude (um dos Sectores mais vulneráveis a subida do nível do mar na região de Cacheu, que por sua vez é uma das regiões mais baixas do país). A maior vulnerabilidade está ligada a fraca capacidade técnica, financeira e material do governo local.

Construção em zonas úmidas. Fonte: UN-Habitat 2022

PRINCIPAIS AMEAÇAS Entre as principais ameaças naturais podem-se destacar: a subida do nível do mar e erosão costeira. Pode-se ainda citar algumas práticas antrópicas como: construções nas zonas húmidas, corte de tarrafes e mangais para fumagem de peixes ou produção agrícola, devastação das florestas para a exploração de madeira e produção agrícola (especialmente a monocultura de caju). Ainda, inexistência de um sistema eficaz de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos. O lixo contribui para a poluição costeira (uma vez que são deitados nas proximidades dos rios/mares praia e arrastados pela água para o fundo do mar) e a caça clandestina de animais, é também parte das práticas humanas e que têm impactado negativamente as condições de vida das populações locais e no meio ambiente.

FATORES AGRAVANTES O conjunto dessas práticas negativas nos remete ao desafio de pensar estrategicamente acções necessárias e urgentes para a mitigação de seus efeitos negativos. Daí, a importância de planificação com ferramentas adaptadas à realidade local como CityRAP e propor de forma consensual, prioridades que possam efectivamente promover mudanças de paradigma rumo ao sonhado desenvolvimento.

1Choques: Eventos agudo súbitos que ameaçam a cidade, a exemplo terremotos, cheias, ciclones, surtos de doença, etc.

Estresses: Eventos crônicos que enfranquecem a estrutura da cidade no dia-a-dia ou de maneira cíclica, a exemplo elevada taxa de desemprego, transporte público ineficiente, violência etc.

SÃO DOMINGOS
MAPA DE RISCO E VULNERABILIDADE

Durante o processo de realização da Ferramenta CityRAP foi realizado pelos pontos focais, com as comunidades dos bairros mais vulneráveis, um mapeamento de risco e vulnerabilidade de São Domingos, Suzana, Varela e Comunidades de Elia, Jobel e Arame (mapas a seguir).

1. Identificação dos principais serviços e infraestruturas como estradas, espaços públicos, etc.

2. Mapeamento das zonas construídas e zonas verdes, para identificar eventuais áreas de risco ambiental, como zonas húmidas e alagáveis. Em particular, pretendeu-se distinguir as áreas planeadas das não planeadas, áreas cultivadas (cultiváveis) bem como áreas ambientalmente sensíveis

3. Mapeamento das áreas da cidade que foram afectadas por ventos fortes, perda de mangal, florestal, erosão, deslizamentos de terra, etc.

4. Em último, foram identificadas as áreas mais pobres, onde altos níveis de crimina- lidade são observados assim como particulares problemas de segurança.

LEGENDA

Perda de Mangal (2000 - 2010)

REDE RODOVIÁRIA

Secundária

Terciária

Hospital Regional

CORPOS DE ÁGUA

Rio

Zona húmida

Áreas Inundáveis

COBERTURA VEGETAL

Agricultura

Floresta Fechada

Perda Florestal

RISCOS

Áreas Inundáveis

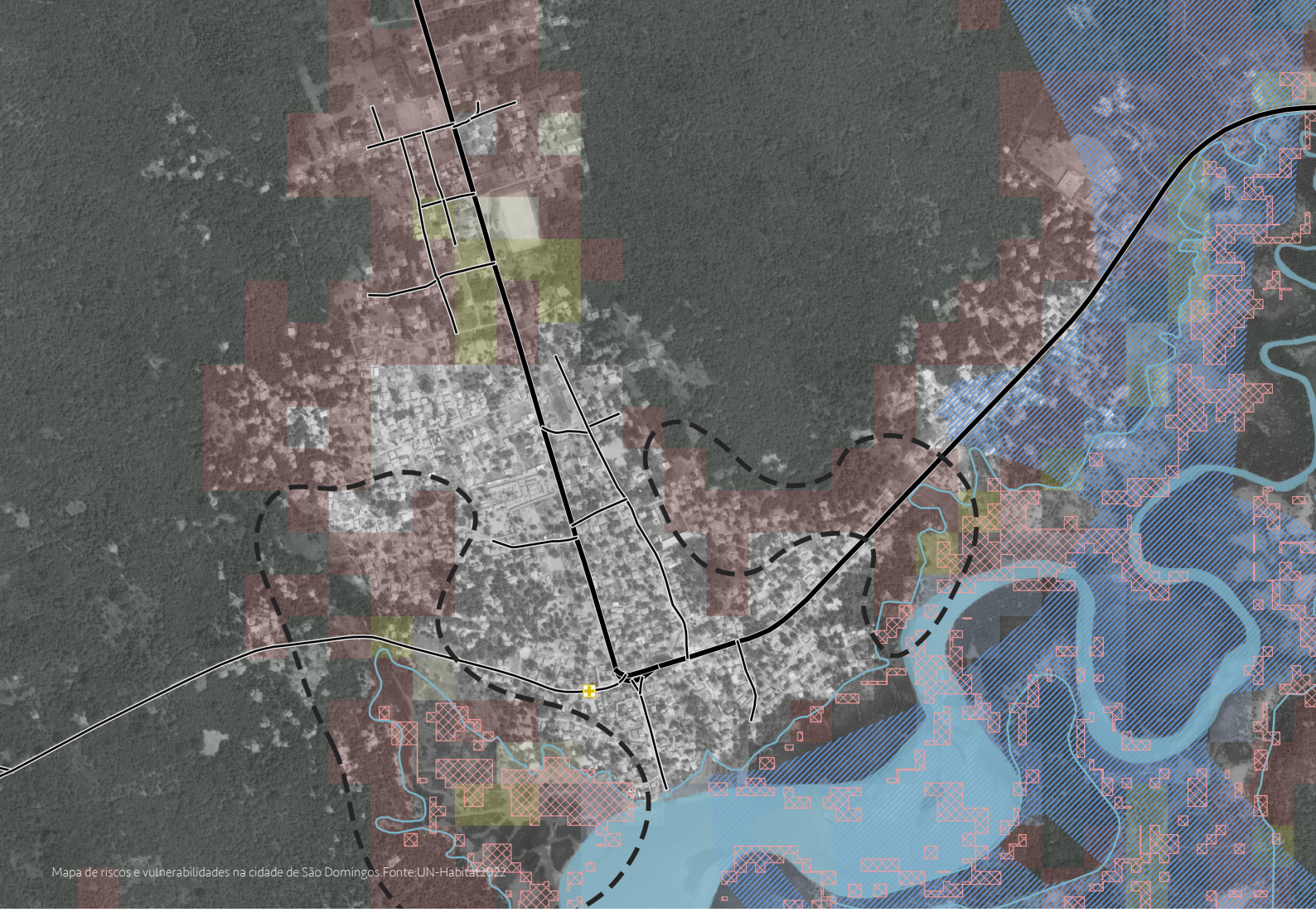
Construcção com riscos de desabamento

Falta de drenagem/urbanização

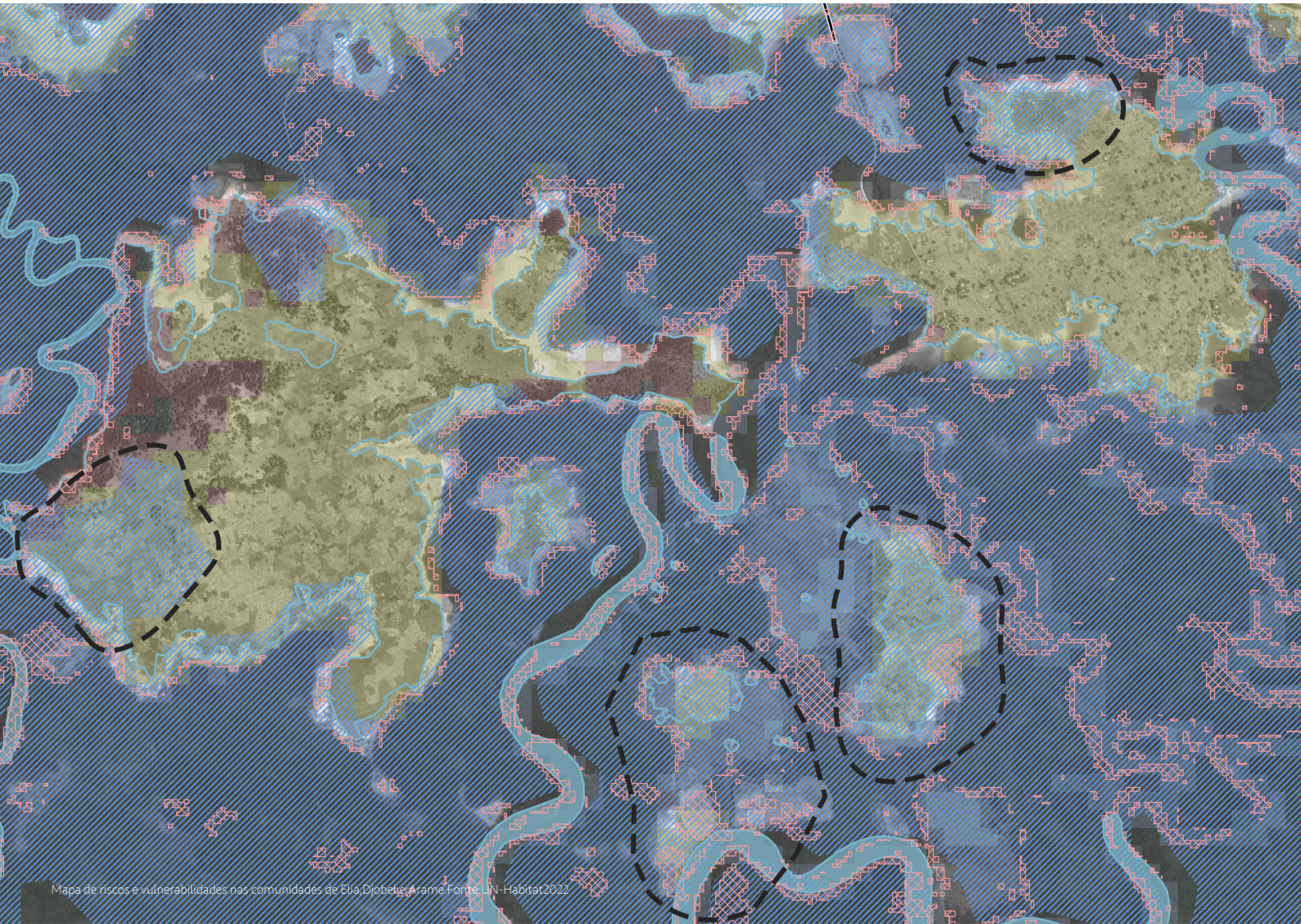
Crescimento desordenado

Contaminação a lixo hospitalar

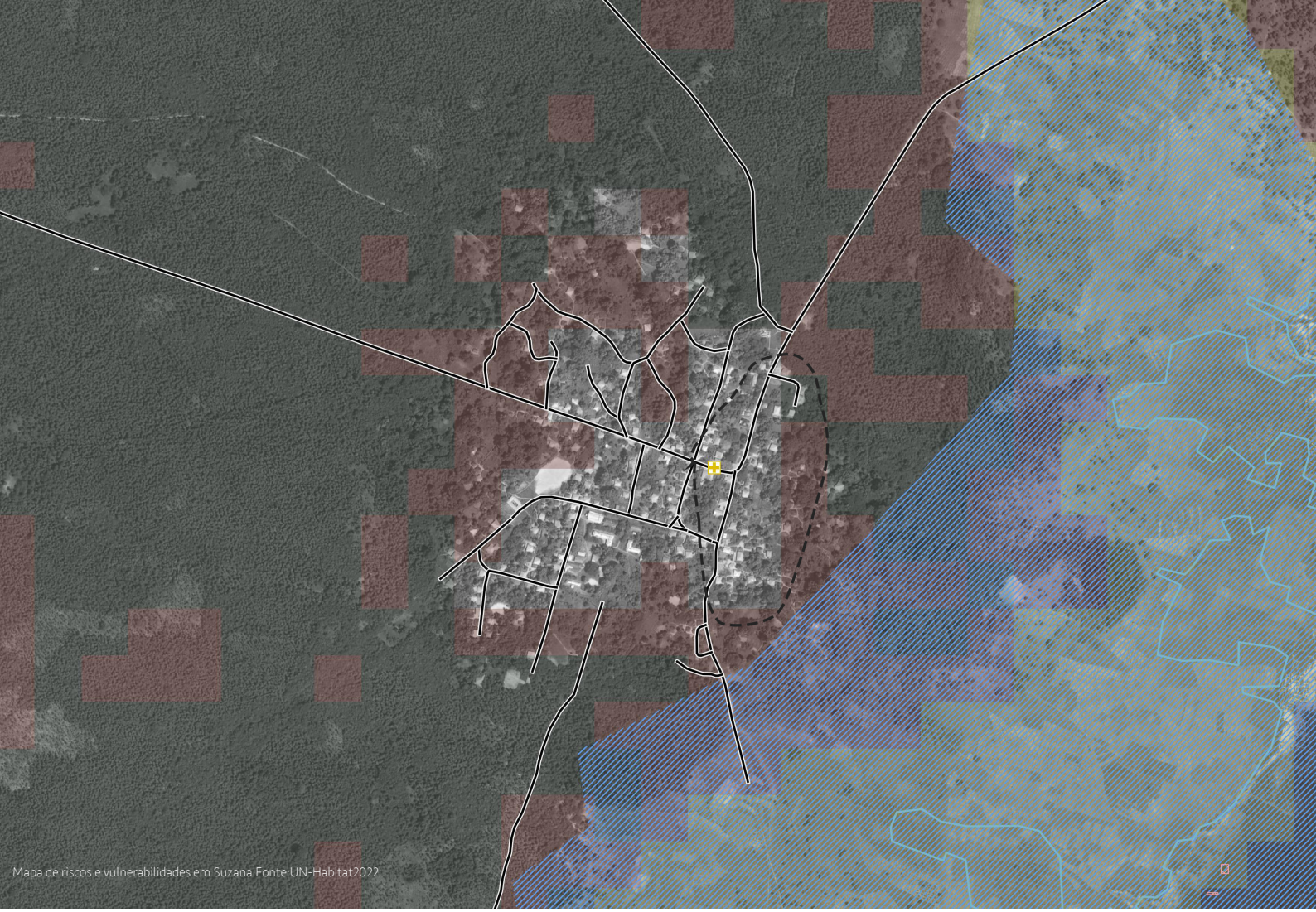
Erosão



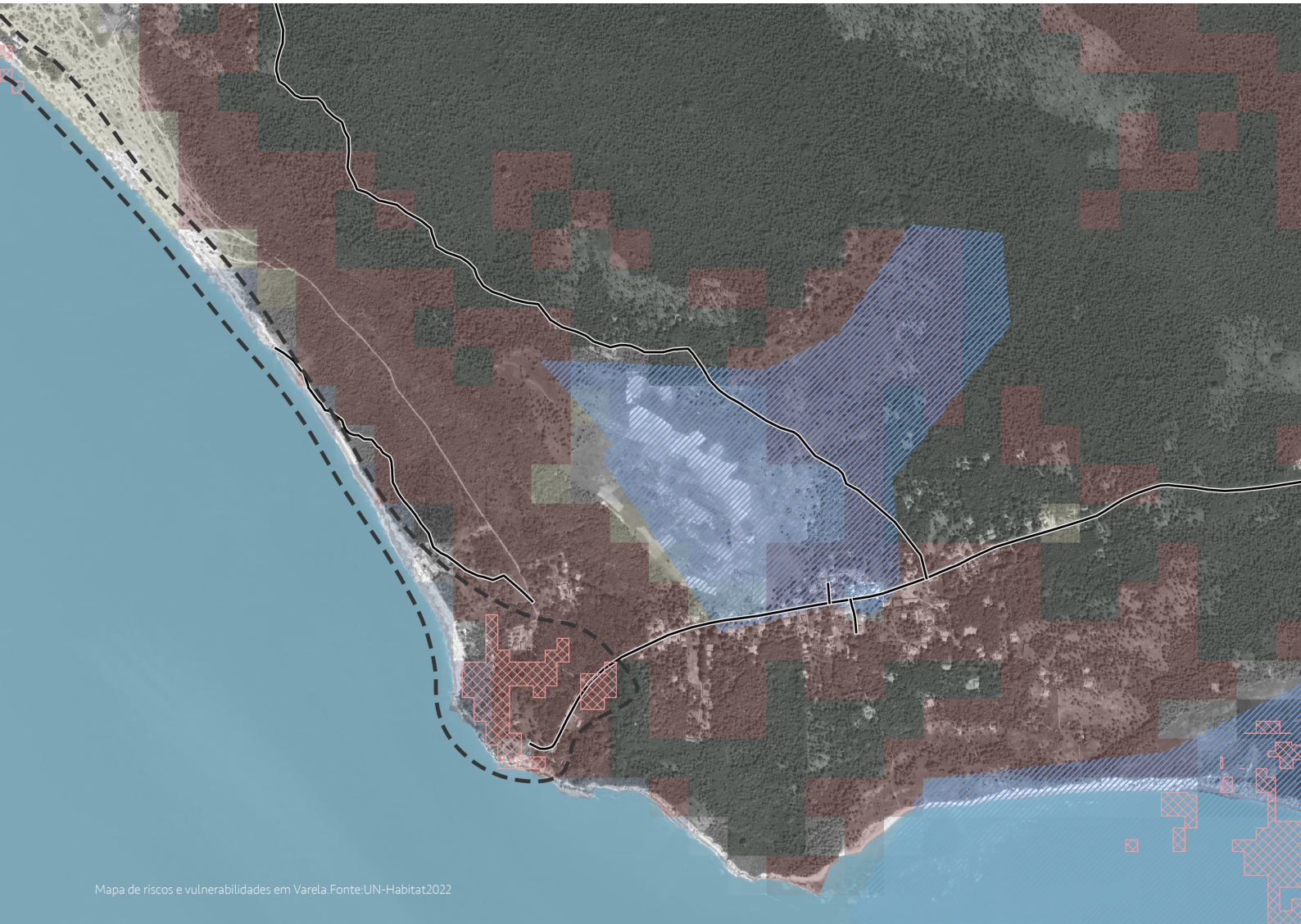
Mapa de riscos e vulnerabilidades na cidade de São Domingos.Fonte:UN-Habitat2022



Mapa de riscos e vulnerabilidades nas comunidades de Elia,Djobeche,Arame.Fonte:UN-Habitat2022



Mapa de riscos e vulnerabilidades em Suzana.Fonte:UN-Habitat2022



Mapa de riscos e vulnerabilidades em Varela.Fonte:UN-Habitat2022

CityRAP em São Domingos

A METODOLOGIA CITYRAP EM SÃO DOMINGOS

O UN-Habitat em parceria com o DiMSUR desenvolveu uma ferramenta para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência das comunidades a riscos naturais e outros, chamada City Resilience Action Planning (CityRAP), que é a Ferramenta para o Planeamento de Acções de Resiliência da Cidade.

Cinco pilares de resiliência.Fonte:Metodologia CityRAP booklet

A Ferramenta CityRAP é uma metodologia de planeamento participativo que tem como base 5 (cinco) pilares de resiliência que se desenvolve em um conjunto de exercícios e actividades de treinamento direcionados às autoridades, comunidades e outras partes interessadas. São Domingos foi uma das cidades seleccionadas para beneficiar da implementação desta Ferramenta, como forma de apoiar as autoridades locais e comunidades na redução da vulnerabilidade face aos riscos de desastres naturais. A Ferramenta CityRAP consiste em uma série de actividades cuja implementação durou cerca de 7 meses, divididas em seguintes fases:

FASE 0: PREPARATÓRIA

FASE 1: COMPREENDENDO A RESILIÊNCIA URBANA

FASE 2: COLECTA DE DADOS E ORGANIZAÇÃO

FASE 3: ANALISE DE DADOS E PRIORIZAÇÃO

FASE 4: ELABORAÇÃO DO QUADRO DE ACÇÃO PARA RESILIÊNCIA DA CIDADE

A ferramenta de Planificação de ações de Resiliência da Cidade (CityRAP Tool) aconteceu entre os meses de Fevereiro e Setembro de 2022. O processo foi liderado pelos Pontos Focais Locais (PFL). Estiveram envolvidos nesse processo interativo e de estabelecimento de consensos a volta dos principais desafios os seguintes atores: Administração Local, Organizações da Sociedade Civil, Sector Privado, Poder Tradicional, Associações de Jovens, de Mulheres, de camponeses, comunidades locais, mídias etc.

Assim, foram seguidos, adaptado ao contexto local a metodologia da Ferramenta CityRAP nas suas 04 fases interdependentes, conforme abaixo explicado:

FASE 0 . Fase preparatória
08 e 09 de Fevereiro de 2022

Esta fase objectivou informar e sensibilizar as autoridades administrativas locais e outras partes interessadas na perspectiva de conseguir garantias de seu compromisso e engajamento para implementação efectiva da ferramenta CityRAP. As reuniões desta fase foram realizadas na sede da administração de São Domingos, na presença do Governador da Região. Em Suzana e Varela foi com a presença dos chefes de tabancas e associações de jovens, conforme mostra as fotos

Mapeamento Participativo da Cidade de S.Domingos

Reunião com autoridades locais em Varela

FASE 1 . Curso Intensivo
28 de Março a 01 de Abril de 2022

Na primeira fase do processo CityRAP, 15 representantes da Administração Local, Poder Local e Sociedade Civil, foram treinados sobre os conceitos da resiliência urbana por quatro dias.

Após o primeiro treinamento, foram seleccionados 06 (seis) pontos focais locais que ficaram responsáveis pela condução de todo processo de planificação. Assim, eles foram treinados e preparados para as tarefas de fase 2 que consiste em: (i) realizar uma autoavaliação institucional nas instituições públicas da cidade e (ii) realizar mapeamento participativo na comunidade

FASE 2 . Colecta e Organização de Dados

04 de Abril a 06 de Maio de 2022

Mapeamento das vulnerabilidades a nível comunitário

O processo da implementação da ferramenta na fase 2 teve a participação de 06 pontos focais seleccionados na fase 01 (curso intensivo) e contou com o envolvimento das instituições locais e das comunidades vulneráveis pré-seleccionadas. O objectivo foi de recolher e compilar os dados dos diagnósticos de "autoavaliação institucional e mapeamento participativo comunitário", por forma a avaliar o estado da resiliência do Sector com ajuda de métodos participativos e inclusivos que valorizem o conhecimento local.

FASE 3 . Análise de Dados e Priorização

16 a 20 de Maio de 2022

Reuniões de Discussão de Grupos Focais foram realizadas durante 4 dias somando aproximadamente 50 participantes, com uma representação considerável dos membros da comunidade, de algumas instituições governamentais, da sociedade civil, do poder tradicional e do sector privado. Eles discutiram sobre as questões que emergiram do exercício de autoavaliação em cada pilar temático. Uma lista de ameaças e riscos identificados durante o mapeamento de riscos foi discutida em profundidade.

O último dia foi um ***workshop*** de priorização que envolveu técnicos municipais, tomadores de decisão e representantes da comunidade para examinar os resultados e decidir sobre as questões mais críticas a serem abordadas, a fim de construir a resiliência de São Domingos.

Os pontos focais locais foram ainda encarregados de conduzir um estudo de linha de base sobre cada uma das questões prioritárias que emergiram do Seminário de Priorização. Isso foi para determinar a posição actual da cidade de São Domingos ao abordar essas questões.

Workshop de Priorização

FASE 4 . Elaboração e Validação do QuARC São Domingos

13 de Maio a 14 de Setembro de 2022

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade (QuARC) é um documento de política e resultado da implementação da ferramenta CityRAP. Esse documento foi elaborado pelos pontos focais e com apoio dos Consultores Nacionais. O QuARC oferece uma oportunidade para as autoridades locais construírem/reforçarem a resiliência da cidade na qual se encaixam políticas, planos, mecanismos financeiros e institucionais existentes e futuros e intervenções concretas. Também descreve acções prioritárias a serem implementadas, com objectivos específicos.

Para elaborar o QuARC, os pontos focais realizaram uma avaliação de linha de base, revisando minuciosamente os dados disponíveis para cada questão prioritária em relação a políticas, planos urbanos, configuração institucional, finanças e intervenções. Os resultados da avaliação foram analisados mais detalhadamente e bem como as Acções Prioritárias, que respondiam a objectivos específicos e mensuráveis, seguidos de lista de actividades concretas a serem executadas para resolver os problemas prioritários.

Por fim, um Seminário de Validação Técnica para 40 pessoas foi realizado. Neste seminário de carácter político, tomaram parte autoridades administrativas locais, representantes do Governo central, Organizações da Sociedade Civil, Poder Tradicional, Associações de Base e Mídia local. O evento foi amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social nacional e local e teve uma excelente participação pública.

Seminário de formulação do QuARC

Foto-família

Quadro de Acção para Resiliência

VISÃO

"Até 2033, tornar a cidade de São Domingos segura e resiliente, socioeconomicamente desenvolvida, culturalmente rica e diversificada, ambientalmente sustentável, politicamente estável e bem administrada e com acesso a um sistema eficiente de transparente público."

Para a consecução da visão acima estabelecido, foram priorizadas conjunto de actividades capazes de contribuir para sua realização. Assim, é apresentado as principais acções de São Domingos:

ACÇÕES PRIORITÁRIAS DA CIDADE DE SÃO DOMINGOS

PRIORIDADE 1

Elaborar planos urbanos participativos integrados para as áreas mais vulneráveis e em expansão do sector que se concentrem nas questões prioritárias identificadas e sejam coerentes com os planos existentes associados a estruturas de sensibilização comunitária e monitoramento de cumprimento.

PLANOS URBANOS

PRIORIDADE 2

Criar mecanismo de coordenação entre departamentos liderado pelo Governo Local com participação do Poder Tradicional e um fundo Setorial a fim de aumentar o orçamento disponível para questões prioritárias, e capacitação para gestão transparente de fundos (orçamento participativo).

MECANISMOS FINANCEIROS

PRIORIDADE 3

Construção de estradas respeitando as normas nacionais e internacionais e adaptadas aos ambientes locais (zonas húmidas, rios, bolanhas, etc.) e aplicação do regulamento de condições do transporte público.

ESTRADAS E TRANSPORTE PÚBLICO

PRIORIDADE 4

Desenvolver e expandir um sistema de fornecimento de luz e água baseado em energia renovável e criar uma estrutura responsável pela gestão sustentável do sistema em coordenação com o Sector privado.

ENERGIA RENOVÁVEL E ÁGUA POTÁVEL

PRIORIDADE 5

Criação de uma plataforma de coordenação entre departamentos e parceiros de desenvolvimento para identificar as zonas sensíveis (rios, bolanhas, praias) e técnicas para implementação de soluções localmente adaptadas que reduzem riscos e definição de zonas proibidas de construção.

INUNDAÇÃO E EROSÃO

PRIORIDADE 6

Criação de estrutura e equipe técnica local que permite a sensibilização e cumprimento da lei da terra e seu regulamento, capacitada em diálogo e gestão de conflito. Reforço dos recursos humanos e meios da polícia de ordem pública.

ACESSO A JUSTIÇA E SEGURANÇA

PLANOS URBANOS

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 1.1 Criar uma equipa para identificar zonas prioritárias para intervenção urbanístico do Sector (recenseamento de casas, zonas de produção) e elaborar um plano de trabalho / intervenções com estratégia para indenização de moradores afetados	Zonas de prioridade para a intervenção urbanístico identificadas e plano de trabalho elaborado	Direcção Geral de Cadastro, Administração local, Delegado Provincial das Obras Públicas, Poder tradicional	Ministério de Administração Local e Ministério de Obras Públicas
Actividade 1.2 Mapear, com participação comunitária, o zoneamento do Sector, definir áreas de expansão, arruamento, instalação de infraestruturas públicas, de atividades urbanas, serviços básicos, zonas verdes (Plano Urbano)	Plano urbano elaborado	Administração Local, Delegado Provincial das Obras Públicas, Poder Tradicional	Ministério de Administração Local e Ministério de Obras Públicas
Actividade 1.3 Reunir periodicamente com comitês de tabanca e comunidade, para sensibilização sobre a importância da urbanização da cidade (com apoio radiofônico)	Comunidades conscientes das vantagens da urbanização da cidade	OSC e Poder Local, Poder Tradicional, Rádios Comunitárias	Administração Local e Sector Privado
Actividade 1.4 Criar código de construção de habitação, estradas, escolas, campos de futebol, etc.	Construções de acordo com as normas estabelecidos	Administração Local, Poder Tradicional, Delegado Provincial de Obras Públicas	Ministério de Obras Públicas, UN-Habitat, Banco Mundial
Actividade 1.5: Criar uma estrutura de fiscalização e de cumprimento das políticas de construção e habitação urbanística, capacitar equipes locais	Equipas locais instruídas e as atividades de construções urbanas bem fiscalizadas	Administração Local, Poder Tradicional, Delegado Provincial de Obras Públicas	Ministério das Obras Públicas, UN-Habitat, UE, Banco Mundial

MECANISMOS FINANCEIROS

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSÁVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 2.1 Criar mecanismos de entrega de receitas de diferentes departamentos para um fundo setorial associado a uma comissão de gestão	Aumentado o orçamento para promoção de desenvolvimento local	Administração Local	UNDP, AD, Ianda Guiné
Actividade 2.2 Melhorar estrutura do mercado e paragem, criar um comitê de gestão e organizar o sistema de cobrança de taxas para aumentar base de receitas para a gestão de lixo etc. e fiscalização do uso.	Finanças locais reforçadas e as condições do mercado e paragem melhorados	Administração Local, Associação de Comerciantes e Motoristas	Administração Local, AD, IBAP
Actividade 2.3 Criar um plano de recolha de receitas para suportar custos relacionados com gestão de resíduos sólidos e reforço de capacidade das associações locais	Reforçada as finanças locais e o saneamento urbano do sector	Administração Local, Associação de Mercado	IBAP, AD, Ianda Guiné
Actividade 2.4 Definir áreas para cobrança de taxa de estacionamento (mercado, fronteira, etc.) e criação de parque público	Finanças locais reforçadas, organização do tráfego e condição de estradas melhoradas	Administração Local, Sindicato de Motoristas (AMOTRANS)	Ministério de Obras Públicas, Fundo Rodoviário, Ministério dos Transportes
Actividade 2.5 Formar e capacitar funcionários locais sobre gestão transparente de fundos	Funcionários instruídos sobre as vantagens de gestão transparente	Administração local e Departamentos setoriais	Administração Local, Tribunal de Contas e Ministério Público
Actividade 2.6 Criar uma assembleia semestral de balanço local sobre actividades realizadas e fundos existentes com todos os actores locais.	Transparência na gestão dos fundos Sectoriais melhorada e corrupção reduzido com a participação comunitária	Administração Local	Administração Local

ESTRADAS E TRANSPORTE PÚBLICO

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSAVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 3.1: Fazer um levantamento das estradas do Sector e suas condições para elaboração de um plano de priorização	Estradas prioritárias identificadas e plano de priorização elaborado	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Administração Local, Comunidade Local, AAAC (Autoridade de Avaliação Ambiental Competente) antiga CAIA	Banco Mundial, BAD, EU
Actividade 3.2: Elaborar estratégia de financiamento para reabilitação de estradas e pistas rurais	Condição das estradas do Sector melhoradas	Administração Local	Banco Mundial, BAD, EU
Actividade 3.3 Criar uma estrutura local do Ministério de Obras Públicas Habitação e Urbanismo.	Condição das estradas e infraestruturas do Sector melhoradas	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo, Administração Local	Governo Local
Actividade 3.4 Instalar sinalização horizontal e vertical nas estradas e reforçar campanhas de sensibilização e divulgação das normas de transporte público, capacitar condutores e membros do sindicato através de formações práticas e teóricas	Risco de acidente reduzido e segurança de cidadãos transportados garantida	Viação, Polícia de Trânsito, Governo Local, Sindicato de Transporte	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo Administração Local, Banco Mundial, BAD, EU
Actividade 3.5 Construir um centro de inspecção no Sector e fiscalizar cumprimento das regras de viação	Reduzido os acidentes nas vias públicas	Direcção de Viação e Polícia de Trânsito	Direcção de Viação
Actividade 3.6 Reabilitar o porto de São Domingos e dragar o canal para permitir a retomada de transporte marítimo de produtos e pessoas.	Transporte dinamizado e tempo de vida das estradas aumentado	Ministério de Obras Públicas, Administração Local	Ministério de Obras Públicas, Administração Local, Banco Mundial, BAD, EU

ENERGIA RENOVÁVEL E ÁGUA POTÁVEL

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSAVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 4.1 Elaborar um diagnóstico das condições de acesso a luz e água potável no Sector com identificação de áreas mais vulneráveis e um plano de implementação	Áreas vulneráveis definidas e plano de implementação de serviços de luz e água elaborado	Administração Local, Associação de Poceiros, Ecos, Pontos Focais, ASCOM	Administração Local, UNICEF, IBAP, AD, Agência Kuait, UE, UN-Habitat, PNUD,
Actividade 4.2 Lançar concurso público e identificar empresa responsável pela execução das obras de luz e água potável	Empresa selecionada, obra realizada e acesso a luz e água garantido	Administração Local, Pontos Focais, ASCOM	Administração Local, UNICEF, AD, Agência Kuait, UE, UN-Habitat, PNUD
Actividade 4.3 Criar um gabinete de gestão técnica e financeira de luz e água potável	Serviço de luz e água potável melhorado	Administração Local	Administração Local, Ministério de Energia, UE, UN-Habitat, PNUD

INUNDAÇÃO E EROSÃO

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSAVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 5.1 Identificar zonas prioritárias e elaborar um plano para construção de diques de cintura, muros de contenção e repovoamento de mangal	Zonas de risco de inundação e erosão identificadas e planos elaborados	Administração Local, IBAP, Comunidade	Administração Local, IBAP, AD/PAN (Programa Alimentar Norte), Projecto COASTAL
Actividade 5.2 Executar a construção de diques de cinturas nas bolanhas	Avanço de água salgada estancada e produção agrícola melhorada	Administração Local, IBAP, Coastal, Direção Geral de Agricultura Rural	Administração Local, IBAP, AD/PAN, COASTAL
Actividade 5.3 Repovoar mangal e essências florestais (árvores nativas) nas zonas costeiras	Biodiversidade restaurada e riscos da erosão reduzidos	Delegacia Floresta e Fauna, IBAP, AD/PAN, Comunidade	Delegacia Floresta e Fauna, IBAP, AD/PAN, Comunidade, COASTAL
Actividade 5.4 Construir muros de contenção para proteção das zonas de praia e bolanhas mais vulneráveis	Praias e bolanhas protegidos contra erosão, produção alimentar e turismo garantido	Governo Local, Ministério de Obras Públicas, Agricultura e Ambiente, Coastal, IBAP, Tininguena	Banco Mundial, BAD, GEF, EU, BOAD, UICN
Actividade 5.5 Recuperar as bolanhas degradadas	Melhorada a produção agrícola e a segurança alimentar	Direção Regional de Agricultura, IBAP, AD/PAN, Coastal, Tininguena	Direção Regional de Agricultura, IBAP, AD/PAN, Projecto COASTAL Tininguena
Actividade 5.6 Criar programa de sensibilização sobre importância e necessidade de proteger o ambiente, divulgar regulamento interno do PNTC, capacitar comunidade e poder tradicional	Comunidades conscientes da necessidade de protecção do meio ambiente	Administração Local, AD/PAN, IBAP, Associações de Base, Floresta e Fauna, Coastal, Rádios Comunitárias	IBAP, AD/PAN, Administração Local
Actividade 5.7 Definir zonas de risco para proibição de construção de casas e sensibilização comunitária	Áreas de risco protegidas e população sensibilizada e segura	Administração Local, IBAP, Comités de Tabanca, AAAC, Projecto COASTAL	Ministério das Obras Públicas, Administração Local

ACESSO A JUSTIÇA E SEGURANÇA

ACTIVIDADE	RESULTADO	AGENTE RESPONSAVEL	POSSÍVEIS FINANCIADORES
Actividade 6.1 Identificar espaço e construir um edifício para funcionamento de tribunal	Edifício do tribunal construído e pronto para o funcionamento	Administração local, Ministério da Justiça, PNUD	Ministério da Justiça, PNUD
Actividade 6.2 Colocar técnicos qualificados e equipamentos no tribunal Sectorial	Acesso a serviço judicial de qualidade garantido à população	Administração Local e Ministério da Justiça, PNUD, Coastal, ONGs	Ministério da Justiça, PNUD
Actividade 6.3 Criar um gabinete para funcionamento do Centro de Acesso à Justiça (CAJ) no edifício do tribunal	Orientação e acesso à justiça gratuito garantido para a população	Administração local, Ministério da Justiça	Ministério da Justiça, PNUD, Bancc Mundial, EU
Actividade 6.4 Criar comitê de gestão e resolução de conflito envolvendo Poder Local, Poder Tradicional, Polícia, Comitê de Tabanca	Estabelecido o diálogo entre as partes em conflito	Comissão fundiária de Sector	Ministério da Administração Territorial e Poder Local
Actividade 6.5 Reforçar polícia de ordem pública com recursos humanos e materiais	Segurança à população e seus bens reforçada	Administração Local, Ministério do Interior, POP	Ministério do Interior
Actividade 6.6 Executar campanha de sensibilização sobre Lei da Terra e o seu regulamento e condições de acesso à justiça	Comunidade sensibilizada e conflitos reduzidos	Administração Local, Centro de Acesso à Justiça, Poder Tradicional, Voz di Paz, Comitê de Tabanca, Rádios Locais	Administração Local, PNUD, FAO, UN-Habitat

Abaixo encontra-se o Cronograma de Implementação, onde são reportados os prazos de implementação das actividades propostas, a serem implementadas em curto, médio e longo prazo. A divisão das actividades nessas três categorias foi conduzida pelos participantes do Seminário de Validação Técnica (técnicos da administração, tomadores de decisão, líderes comunitários, entre outros parceiros relevantes). Na página seguinte é possível visualizar o mapa de São Domingos, com algumas intervenções levantadas pelos actores locais.

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO

ACÇÃO	CURTO	MÉDIO	LONGO
ACÇÃO PRIORITÁRIA 1	1.1 1.3	1.4	1.2 1.5
ACÇÃOPRIORITÁRIA 2	2.1 2.3 2.6	2.2 2.4 2.5	
ACÇÃO PRIORITÁRIA 3	3.1 3.3 3.4 3.5		3.2 3.6
ACÇÃO PRIORITÁRIA 4	4.1 4.2	4.3 4.4	
ACÇÃO PRIORITÁRIA 5	5.1 5.3 5.6	5.2 5.5 5.7	5.4
ACÇÃO PRIORITÁRIA 6	6.1 6.4 6.6	6.2 6.3 6.5	

Mapa de implementação para as comunidades de Elia,Arame e Djobel.Fonte:UN-Habitat2022

LEGENDA

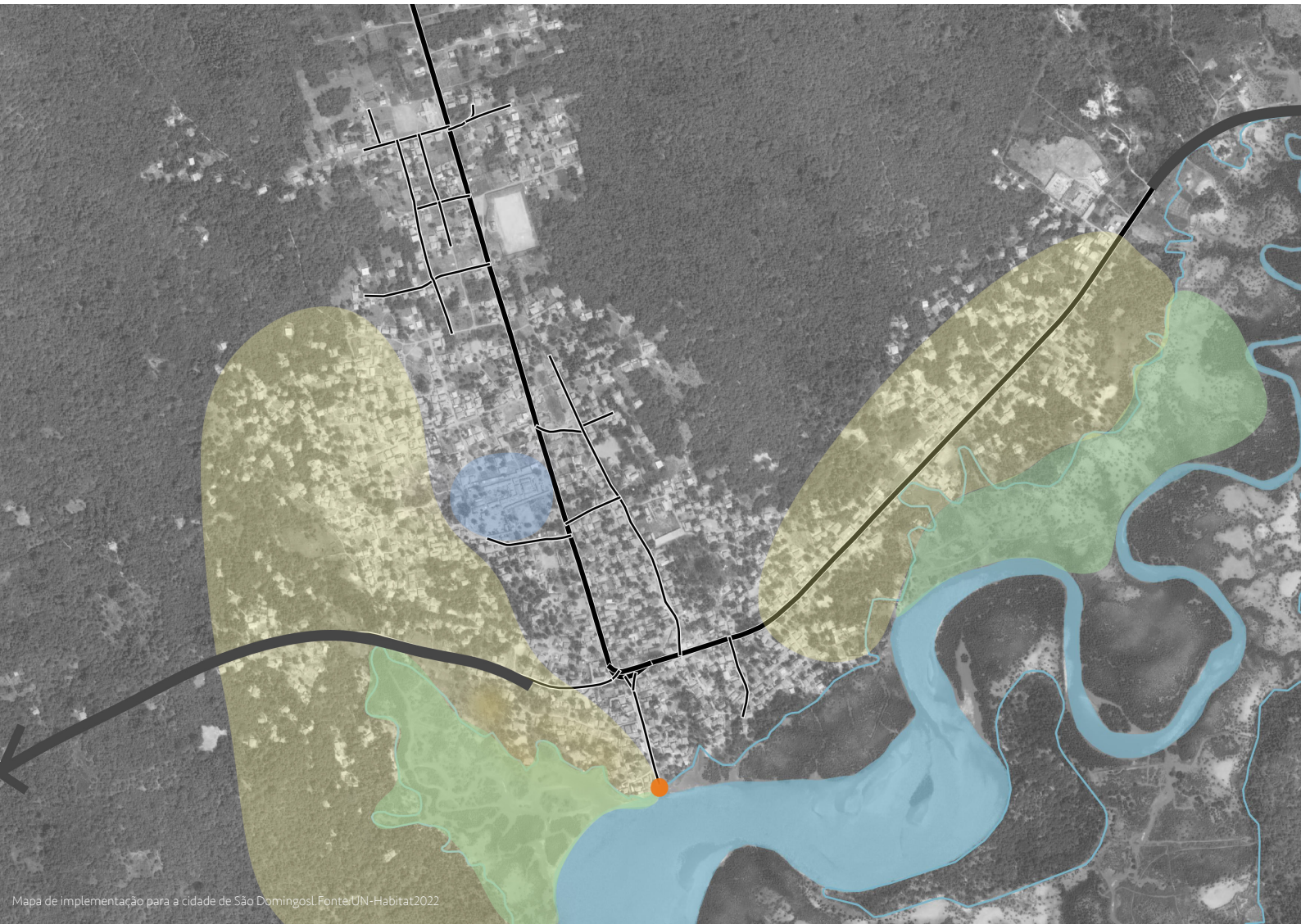
Reconstrução de diques de proteção
e repovoamento de mangal

Melhoria da estrutura do mercado
e paragem com plano de recolha de resíduos

Melhoria de estradas
e sinalização rodoviária

Áreas Vulneráveis
a alagamento onde as construções devem ser proibidas

Reabilitação do porto



Mapa de implementação para a cidade de São DomingosI.Fonte:UN-Habitat2022

Implementação, Monitoria e Avaliação

IMPLEMENTAÇÃO

O Quadro de Acção para Resiliência da Cidade de São Domingos tem horizonte temporal de 10 anos (2023-2033). A tarefa de sua implementação é da responsabilidade primária da Administração Local, em coordenação com os parceiros de desenvolvimento incluindo as ONGs e Organizações da Sociedade Civil. O Administrador deve assumir a liderança política para o sucesso de sua implementação. Para valorização de toda capacidade criada ao longo do processo de sua elaboração é importante criar através de um despacho do Governo Central, um órgão de consulta liderado pelos Pontos Focais Locais. Isso serviria de memória institucional do processo, capaz de suprir as lacunas criadas pela instabilidade governativa, e consequentemente dar seguimento as actividades de implementação do QuARC em colaboração com o Gabinete Regional de Plano e Estatística. Esforços adicionais deverão ser consentidos na matéria de mobilização de recursos para sua efectiva implementação. Para isso, o Governo Local deve estabelecer as bases de diálogo e articulação permanente junto dos parceiros técnico e financeiros. Deve elaborar anualmente seu Plano de Trabalho Anual e partilhar com as ONGs e OSC que actuam na Cidade, bem como ao Gabinete Regional de Plano e Estatística -GRPE. Para ampliar as chances de sua implementação, o quadro foi alinhado com as prioridades nacionais(Programa do Governo e Plano Nacional de Desenvolvimento) e internacional, nomeadamente: Agenda (2030 -Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 2063 –Visão Continental Africana de Desenvolvimento), Roteiro da Samoa, Acordo de Paris, entre outros. Assim, a sua implementação estará a contribuir para alcance dos objectivos estabelecidos nos documentos. Para isso, é importante estabelecer mecanismos de comunicação clara e acessível, adaptado a realidade local por forma a facilitar sua disseminação e apropriação.

MONITORIA

A Guiné-Bissau ainda não realizou eleições autárquicas, portanto, não existem instituições ou estruturas administrativas autónomas. Assim, é proposto um modelo de monitoramento inclusivo e participativo, que integra o Gabinete Regional de Plano e Estatística (GRPE) e o Comité Local de CityRAP/PFL. O GRPE é instituição responsável pela coordenação geral das acções de desenvolvimento local (setorial e regional). No seu seio, existe um gabinete de planificação que reúne trimestralmente. Participam desse fórum de planificação: todos os Delegados Regionais dos ministérios sectoriais, um representante das Organizações da Sociedade Civil, um representante do poder tradicional e um da entidade religiosa. Com o propósito de potencializar as estruturas existentes, fica o GRPE responsável pela produção de relatórios informativos sobre os avanços na implementação do QuARC/São Domingos. E, para facilitar as actividades de coordenação, serão semestralmente realizadas as reuniões ordinárias entre as partes implicadas/ interessadas, bem como a apresentação do relatório de Monitoria. Um Plano de Trabalho Anual (PTA) deve ser elaborado e apresentado na reunião de coordenação do GRPE. Este órgão deve fornecer fichas, modelo de planificação onde cada parceiro de implementação vai também apresentar sua acção. Aspectos técnicos como: linha de base, meios de verificação, métodos e frequência de coleta de dados, entre outros são recomendados. Também deve ser estabelecido para cada actividade metas e indicadores (preferencialmente os que são facilmente mensuráveis). Mecanismos de comunicação e fichas de seguimento para recolha de diferentes tipos de dados e informações serão produzidas e partilhadas pelo GRPE, com o objectivo de harmonizar e agilizar a produção de informações e evitar duplicação de dados e bancos de dados.

AVALIAÇÃO

A avaliação é uma actividade que pode ser interna ou externa. Isso significa dizer que os implicados na implementação, podem ser solicitados a um processo de avaliação para justificar algum fundo recebido. Também a entidade/organização financiadora pode recorrer a uma avaliação externa. Esses mecanismos visam simplesmente assegurar a transparência na gestão de fundos públicos e também, desenvolver a cultura de prestação de contas, credibilização dos processos e reforço de confiança entre os parceiros, etc. A metodologia CityRAP recomenda que avaliação seja independente e realizada de 02 em 02 anos. Assim, permitir que se faça avaliação dos progressos e retrocessos verificados na execução do Quadro de Acção, e consequentemente extrair lições aprendidas e actualizar o Plano. Fazendo uma adaptação à luz da realidade local, propõe-se que seja observado o período de 02 anos, e conduzido pelo Gabinete Regional de Plano e Estatística. Já o processo de sua actualização seja feita em coordenação com os Pontos Focais. Os relatórios de Monitoria e Avaliação (M&A) devem ser circulados através de canais de comunicação mais acessíveis às diferentes partes interessadas. O objectivo, neste caso, é de partilhar as informações a todos níveis e ajudar a melhorar o processo de planificação e tomadas de decisões.

CONCLUSÕES

Após o longo processo de elaboração do presente Plano e de interacções com as diferentes partes interessadas, concluiu-se que:

1. O QuARC é realmente um documento que reflete os anseios da população da cidade de São Domingo, resultado de um processo de consulta aos actores locais. O problema de falta de dados característico do país, foi resolvido mediante aplicação de um questionário de 75 questões fechadas, aplicado nas instituições públicas (Autoavaliaçao institucional) existentes na cidade e mapeamento participativo (nas comunidades).

2. O processo de elaboração do QuARC em São Domingos foi altamente inclusivo, representativo e participativo, e que não deixou ninguém de fora. Despertou interesse das diferentes camadas sociais, e instituições envolvidas, ansiosos para ver seus interesses e expectativas realizadas em prol de um São Domingos Desenvolvido e economicamente vibrante;

3. Trata-se de uma verdadeira ferramenta de orientação, negociação e de construção de consensos sobre as prioridades de desenvolvimento da cidade. Sua implementação efectiva pode contribuir no reforço da coesão social e fortalecimento do tecido social.

4. Sua implementação requer uma colaboração multiactor, sob a liderança do governo local, envolvendo ONGs, Sector Privado, Poder Tradicional e Sociedade Civil em geral;

5. A sua falta de implementação pode traduzir-se num duro golpe para uma grande parcela da população local envolvida, e que anseiam um desenvolvimento urbano sustentável de São Domingos.

PRÓXIMOS PASSOS

*Despacho de nomeação institucionalização dos Pontos Focais enquanto Órgão de Consulta/assessoria do Administrador da Cidade;

* Elaborar uma estratégia de disseminação, comunicação e sensibilização para maior conhecimento e apropriação dos conteúdos do Quadro;

*Elaborar um quadro orientador de monitoria e avaliação;

* Desenvolver um calendário periódico de acompanhamento e reforço de capacidades técnicas da administração local;

* Desenvolver uma estratégia endógena de mobilização de recursos para implementação.

Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat)
P. O. Box 30030, 00100 Nairobi GPO Kenya
Tel: 254-020-7623120 (Escritório Central)
www.unhabitat.org

Copyright

© Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos 2022